



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

004. PROVA OBJETIVA

CONTROLADOR INTERNO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01 a 05**.

Por que não lemos mais os clássicos?

A tradução das “Metamorfoses” de Ovídio diminui o desconforto de não dispormos em português de uma coleção de autores clássicos. A quem reclamaríamos sua falta? Até porque não adiantaria lamentá-lo. Ao contrário, comece-se por observar que o leitor não especializado nas culturas antigas — como tampouco sou — não reconhecerá que o texto capital de Ovídio, escrito no ano 8 d.C., nele provoque a reação que se espera suscitada pelas grandes obras. A discrepância decorre de o horizonte de expectativas a que a obra antiga respondia manter-se distante do horizonte que se socializa desde o advento dos tempos modernos.

Para melhor esbozá-lo, dois dados propostos por Italo Calvino, em “Por que Ler os Clássicos”, tornam-se indispensáveis. Em primeiro lugar, no horizonte em que cabe Ovídio, a concepção do humano é tão ampla que se distende desde os deuses até às plantas e às pedras. Desse modo, o processo metamórfico a tudo inclui. Por isso mesmo, destaca-se, em segundo lugar, que a concepção do universo partilhada pelo poeta romano desconhece o vazio. Nas palavras de Calvino: “Continuamente se decantam nas ‘Metamorfoses’ novas concreções de histórias como nas conchas das quais pode se gerar a pérola”.

Por isso proliferam relatos a se multiplicar por seus 15 livros por sua vez desdobrados em sub-relatos. Sim, a obra maior do poeta é uma enciclopédia dos mitos cosmogônicos e etiológicos do mundo greco-romano. É de se crer que, para o leitor (ou ouvinte) do passado distante, os relatos dos deuses e dos heróis humanos, respondendo a crenças ou a lendas a ele familiares, não provocassem estranheza. Para o leitor contemporâneo, tal familiaridade não mais existe.

Por sorte de nosso leitor, a restrição diminui nos episódios muito provavelmente por ele conhecidos. Por exemplo, o caso de Narciso, apaixonado por si, cujo encontro com a ninfa Eco converteria sua autoadoração em suicídio; ou relativo à impossibilidade de Orfeu de trazer Eurídice de volta à vida. A travessia das “Metamorfoses”, na tradução de Domingos Lucas Dias, fará que o brasileiro leitor encontre alguns outros pontos de apoio.

(Luiz Costa Lima. www.valor.com.br, 08.09.2017. Adaptado)

- 01.** A partir da leitura do texto, conclui-se corretamente que
- (A) a tradução de Ovídio não interessa ao leitor comum, pois seu público-alvo constitui-se de especialistas em cultura antiga.
 - (B) a convivência com os mitos tornava as histórias de Ovídio mais plausíveis ao leitor antigo.
 - (C) a escassez de traduções de autores clássicos explica o contraste entre a cultura antiga e a moderna.
 - (D) o leitor contemporâneo a Ovídio distingue-se dos ouvintes de lendas antigos por crer na veracidade desses relatos.
 - (E) os textos antigos tinham como traço em comum a finalidade de explicar a origem do universo.
- 02.** A referência à obra de Italo Calvino, no segundo parágrafo, serve ao propósito discursivo de
- (A) sugerir que, tanto quanto os modernos, os artistas antigos não se interessavam em representar o vazio.
 - (B) defender que as histórias dos antigos receberam alterações pouco significativas até chegarem à modernidade.
 - (C) mostrar que a representação do humano das histórias de Ovídio não difere daquela das narrativas atuais.
 - (D) ilustrar como a concepção de mundo de Ovídio destoa da que predomina nos dias de hoje.
 - (E) explicar que mesmo as histórias mais familiares aos antigos lhes causavam estranhamento.
- 03.** Da leitura do último parágrafo, depreende-se que
- (A) algumas histórias das “Metamorfoses” já são conhecidas pelo leitor atual, o que pode diminuir a fruição no contato com alguns trechos da obra.
 - (B) a tradução das “Metamorfoses” de Ovídio, feita por Domingos Lucas Dias, tem, diferentemente do texto original, um propósito didático.
 - (C) o leitor moderno não encontrará dificuldades para usufruir sem reservas da tradução da obra de Ovídio por interpretar seu cotidiano por meio dos mitos.
 - (D) as “Metamorfoses”, de Ovídio, representam um excelente ponto de partida para quem ainda não conhece a mitologia clássica e deseja conhecê-la.
 - (E) o conhecimento prévio da mitologia clássica atenua a estranheza que as histórias de Ovídio possam causar ao leitor moderno.

04. Assinale a alternativa em que o pronome destacado faz referência, no texto, ao que se explicita entre colchetes.

- (A) Até porque não adiantaria lamentá-lo. (1º parágrafo)
[o pequeno número de especialistas em culturas antigas]
- (B) Para melhor esboçá-lo, dois dados propostos por Italo Calvino... tornam-se indispensáveis. (2º parágrafo)
[o comportamento típico dos tempos modernos]
- (C) Para o leitor contemporâneo, **tal** familiaridade não mais existe. (3º parágrafo)
[a proximidade entre os relatos mitológicos e as crenças do público]
- (D) Por sorte de nosso leitor, a restrição diminui nos episódios muito provavelmente por **ele** conhecidos. (último parágrafo)
[o leitor contemporâneo a Ovídio]
- (E) Por exemplo, o caso de Narciso, apaixonado por si, cujo encontro com a ninfa Eco converteria **sua** auto-adoração em suicídio... (último parágrafo)
[a ninfa Eco, cujo destino é determinado pelo encontro com Narciso]

05. Uma frase do texto que, após o acréscimo das vírgulas, se mantém pontuada conforme a norma-padrão da língua é:

- (A) A tradução das “Metamorfoses” de Ovídio, diminui o desconforto de não dispormos em português, de uma coleção de autores clássicos. (1º parágrafo)
- (B) A discrepância decorre de o horizonte de expectativas, a que a obra antiga respondia manter-se distante do horizonte, que se socializa, desde o advento dos tempos modernos. (1º parágrafo)
- (C) Por isso, proliferam relatos a se multiplicar por seus 15 livros, por sua vez desdobrados em sub-relatos. (3º parágrafo)
- (D) Sim, a obra maior do poeta, é uma enciclopédia dos mitos, cosmogônicos e etiológicos, do mundo greco-romano. (3º parágrafo)
- (E) Por sorte de nosso leitor, a restrição diminui, nos episódios muito provavelmente, por ele conhecidos. (último parágrafo)

Leia o texto para responder às questões de números 06 a 10.

Do amor aos bichos

Olhai uma galinha qualquer ciscando num campo, ou em seu galinheiro: que feminilidade autêntica, que espírito prático e, sobretudo, que saúde moral! E põe ovos! Já pensastes, apressado leitor, no que seja um ovo? É misterioso, útil e belo. Muito poéticas, as galinhas põem-se, no entardecer, a cacarejar docemente em seus poleiros; e são belas, inexcedivelmente belas durante a maternidade.

Assim as vacas, mas de maneira outra. E não seria à toa que, a mais de tratar-se de um bicho contemplativo, é a vaca uma legítima força da natureza — e de compreensão mais sutil que a galinha, por isso que nela intervêm elementos espirituais autênticos, como a meditação filosófica e o comportamento plástico. De fato, o que é um campo sem vacas senão mera paisagem?

Nunca ninguém fez mais pelo povo que uma simples vaca que lhe dá seu leite e sua carne, ou uma galinha que lhe dá seu ovo. E, uma vez dito isto, caiba-me uma consideração final contra os bichos prepotentes, sejam eles nobres como o leão ou a águia, ou furbos como o tigre ou o lobo: bichos que querem campear, sozinhos, senhores de tudo, donos da vida; bichos ferozes e egoístas contra o povo dos bichinhos humildes, que querem apenas um lugar ao sol. Para vencê-los, que se reúnam todos os outros bichos, inclusive os domésticos “mus” e “coco-ricós”, porque, cacarejando estes, conglomerando-se aqueles em massa pacífica, mas respeitável, não prevalecerá contra eles a garra do tigre ou o dente do lobo. Constituirão uma frente comum intransponível, a dar democraticamente leite e ovos em benefício de todos, e destemerosa dos rugidos da fera.

Porque uma fera é, em geral, covarde diante de uma vaca disposta a tudo.

(Vinicius de Moraes. *Para uma menina com uma flor*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009. Adaptado)

06. No texto, as galinhas e as vacas representam

- (A) o povo, conclamado a se organizar para lutar contra seus opressores.
- (B) espécies de animais cuja subserviência deveria servir de modelo aos humanos.
- (C) a sociedade organizada, capaz de escolher com sapiência seus governantes.
- (D) animais destemidos, conhecidos por incutir medo até mesmo nos seus predadores.
- (E) a comunidade operária, que tem sido mediadora entre a classe média e os governantes.

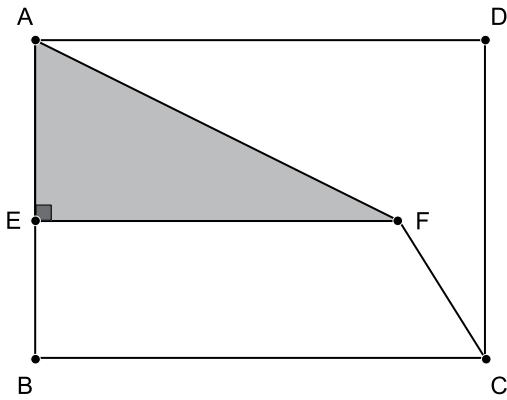
07. O vocábulo que estabelece relação de finalidade está em destaque no seguinte trecho do texto:

- (A) Assim as vacas, **mas** de maneira outra. (2º parágrafo)
- (B) ... elementos espirituais autênticos, **como** a meditação filosófica e o comportamento plástico. (2º parágrafo)
- (C) Nunca ninguém fez mais pelo povo **que** uma simples vaca... (3º parágrafo)
- (D) **Para** vencê-los, que se reúnam todos os outros bichos... (3º parágrafo)
- (E) ... não prevalecerá contra eles a garra do tigre **ou** o dente do lobo. (3º parágrafo)

08. Na passagem – ... é a vaca uma legítima força da natureza – e de compreensão mais sutil que a galinha, por isso que **nela intervêm** elementos espirituais autênticos... (2º parágrafo) –, o trecho destacado pode ser substituído, respeitando-se a regência padrão, por:
- (A) nela interferem.
(B) sob ela influem.
(C) dela convergem.
(D) nela afetam.
(E) sob ela recaem.
09. O emprego das formas verbais está em conformidade com a norma-padrão da língua na seguinte frase:
- (A) As galinhas recolhem-se a seus poleiros no entardecer e cacarejam docemente, antes que o sono simples dos bichos as venham silenciar.
(B) Entre os atributos de uma galinha, segundo o autor, destacam-se a feminilidade autêntica, o espírito prático e a saúde moral.
(C) As vacas tendem a ser humanizadas em suas representações, como se disposessem de espírito contemplativo e filosófico.
(D) Embora tenha sido descritos como menos nobres, o tigre e o lobo são predadores tão perigosos quanto o leão e a águia.
(E) Para que se mantessem ovos e leite disponíveis para todos, talvez não fosse preciso aumentar a produção, mas sim melhorar a distribuição.
10. No que se refere à ocorrência da crase, a frase escrita corretamente é:
- (A) Somos sempre levados à fazer comparações entre o comportamento dos animais com o nosso próprio comportamento em sociedade.
(B) Um olhar terno à alguma vaca pode fazer com que reconheçamos em sua atitude algo de parecido com nosso modo de meditar.
(C) Um tratamento mais objetivo dado à qualquer animal ruminante permitirá verificar que ele mastiga constantemente seu alimento.
(D) Procure dar um pouco de atenção à uma galinha qualquer ciscando num campo ou em seu galinheiro e verá o quanto ela pode nos ensinar.
(E) O ovo é símbolo de vida por excelência, remetendo à maneira misteriosa, e mesmo poética, como os seres chegam ao mundo.
11. Ricardo já leu $\frac{1}{4}$ do número de páginas de um livro. Se ele ler mais 320 páginas, ainda restará $\frac{1}{3}$ do número de páginas a ser lido. O número de páginas desse livro está compreendido entre
- (A) 600 e 649.
(B) 650 e 699.
(C) 700 e 749.
(D) 750 e 799.
(E) 800 e 850.
12. Em uma exposição dirigida ao público infantil, estiveram presentes apenas famílias com 2 crianças ou famílias com 3 crianças. No total, visitaram a exposição 1288 pessoas, e a razão entre os números de famílias com 3 crianças e famílias com 2 crianças foi 1,5. Considerando que em cada família presente havia 2 adultos, o total de crianças que visitaram a exposição foi
- (A) 689.
(B) 728.
(C) 767.
(D) 806.
(E) 845.
13. Em uma empresa, do total de funcionários, 40% praticam esportes, e 90% estudam inglês, sendo 340 a diferença entre o número de funcionários que fazem essas duas atividades. Nessa empresa, o número de funcionários que exercem as duas atividades é, no mínimo, igual a
- (A) 102.
(B) 136.
(C) 204.
(D) 272.
(E) 340.
14. Sete homens executaram $\frac{1}{3}$ de um serviço trabalhando 5 horas por dia, durante 4 dias. Para que o restante do serviço seja concluído em 7 dias, com 4 horas de trabalho por dia, o número de homens, todos com a mesma força de trabalho dos que já trabalharam, que será necessário é
- (A) 4.
(B) 5.
(C) 7.
(D) 8.
(E) 10.

15. Caio e seu irmão Juliano são irmãos em uma família de 9 irmãos. A média das idades dos irmãos de Caio é 27 anos, e a média das idades dos irmãos de Juliano é 26 anos. A diferença de idade entre Caio e Juliano, em anos, é
- (A) 1.
 - (B) 2.
 - (C) 4.
 - (D) 6.
 - (E) 8.
16. Cláudia e Eduardo tinham, juntos, 1650 selos. Cláudia deu 200 selos para Eduardo e vendeu outros 130 selos para outro colecionador, e Eduardo comprou 45 novos selos em uma filatélica. Após essas mudanças em suas coleções, Eduardo passou a ter 385 selos a mais do que Cláudia, e, agora, o número de selos que Eduardo tem está entre
- (A) 801 e 850.
 - (B) 851 e 900.
 - (C) 901 e 950.
 - (D) 951 e 1000.
 - (E) 1001 e 1050.
17. Renato guardou suas medalhas em algumas caixas, de maneira que cada caixa ficou com o mesmo número de medalhas. No total, ele tem 198 medalhas, e o número de medalhas por caixa é 7 a mais do que o número de caixas. O número de caixas que ele usou para guardar as medalhas foi
- (A) 6.
 - (B) 9.
 - (C) 11.
 - (D) 18.
 - (E) 22.
18. Um número inteiro, positivo e menor do que 35000 é formado por 5 algarismos, sendo três deles o algarismo 3. Esse número tem 5 como um divisor, e o produto de todos os seus algarismos é 810. Sabendo-se que 7 é um dos divisores desse número, pode-se determinar que outro divisor é
- (A) 13.
 - (B) 31.
 - (C) 43.
 - (D) 53.
 - (E) 61.

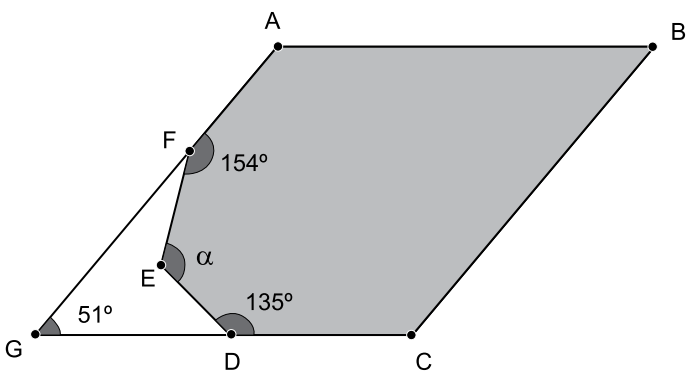
19. Um ponto E pertence ao lado AB do retângulo ABCD, sendo 8 cm a medida do segmento AE, conforme mostra a figura. A área do triângulo retângulo AEF é 36% da área do retângulo ABCD, e a medida do lado EF é 90% da medida do lado BC.



(fora de escala)

Se a medida do segmento CF é $2\sqrt{10}$ cm, a área do triângulo AEF, em cm^2 , vale

- (A) 216.
 - (B) 234.
 - (C) 252.
 - (D) 270.
 - (E) 288.
20. Os pontos D e F pertencem aos lados de um losango ABCG. Um ponto E, no interior do losango, permite a construção do hexágono ABCDEF, conforme mostra a figura, que também indica a medida de dois ângulos internos do hexágono e a medida do ângulo G do losango.



(fora de escala)

A medida do ângulo α vale

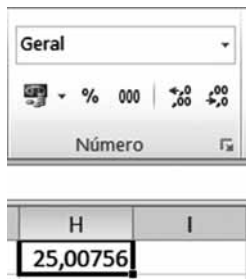
- (A) 122°
- (B) 124°
- (C) 126°
- (D) 128°
- (E) 130°

LEGISLAÇÃO

- 21.** O parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, ou órgão estadual incumbido dessa missão, sobre as contas do Prefeito, somente deixará de prevalecer por decisão
- (A) de 1/3 dos membros da Câmara Municipal.
 - (B) de 2/3 dos membros da Câmara Municipal.
 - (C) da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
 - (D) da maioria absoluta dos membros presentes à sessão extraordinária para tal fim.
 - (E) da maioria simples dos membros da Comissão Permanente de Fiscalização Orçamentária.
- 22.** Em conformidade com o que determina a Lei Orgânica do Município de Itanhaém, as contas relativas à aplicação de recursos transferidos pela União e pelo Estado
- (A) podem ser suplementadas pelo Município, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.
 - (B) serão prestadas em conformidade com a legislação municipal em vigor, a cada seis meses.
 - (C) podem ser suplementadas pelo Município e serão prestadas em conformidade com o que determina a Câmara Municipal.
 - (D) não podem ser suplementadas, conforme determinação expressa em legislação federal em vigor.
 - (E) não podem ser suplementadas, e ambos os recursos recebidos e aplicados terão suas contas prestadas ao Estado, conforme legislação em vigor.
- 23.** Paulo trabalha na controladoria interna da Prefeitura Municipal de Itanhaém e tomou conhecimento de irregularidade na prestação de contas do Setor de Compras de materiais de papelaria. Sendo assim, ele deverá
- (A) dar ciência ao Chefe do Setor, para que corrija a prestação de contas.
 - (B) comunicar ao Prefeito a irregularidade para que este tome as devidas providências.
 - (C) dar ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.
 - (D) dar ciência ao Presidente da Câmara dos Vereadores, sob pena de responsabilidade conjunta.
 - (E) corrigir a prestação de contas juntamente com o Prefeito e o Chefe do Setor de Compras, sob pena de responsabilidade solidária.
- 24.** O Prefeito do Município de Itanhaém envia à Câmara Municipal projeto de lei sobre os orçamentos anuais. Recebido o projeto,
- (A) o Presidente da Câmara, de imediato, deverá encaminhá-lo à Comissão de Orçamento, Finanças e Redação.
 - (B) a Comissão de Orçamento e Redação terá 30 (trinta) dias de prazo para emitir um parecer.
 - (C) após análise da Comissão responsável, os Vereadores analisarão o projeto e apresentarão as emendas necessárias no prazo de 15 (quinze) dias improrrogáveis.
 - (D) as emendas que receberem parecer contrário da maioria das comissões a que forem submetidas retornarão ao Prefeito para análise e modificação do projeto, com posterior retorno ao Presidente da Câmara.
 - (E) as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovadas se compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, entre outros requisitos.
- 25.** Nos termos do que estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal de Itanhaém sobre o Processo Legislativo Orçamentário, assinale a alternativa correta.
- (A) A mensagem do chefe do Executivo enviada à Câmara, objetivando propor alterações nas leis orçamentárias, será recebida após a votação do projeto.
 - (B) Se as Comissões Permanentes não observarem os prazos estipulados, o projeto será incluído na primeira sessão extraordinária prevista para acontecer em 15(quinze) dias.
 - (C) Tanto em primeiro como em segundo turno de discussão e votação das leis orçamentárias, as sessões deverão observar o horário estipulado, sem prorrogação.
 - (D) As sessões nas quais se discutem as leis orçamentárias serão, exclusivamente, destinadas à apreciação dessas matérias.
 - (E) No primeiro e segundo turnos serão votados, primeiramente, o projeto, e depois as emendas no geral.

26. A opção *Área de trabalho* encontrada no menu de contexto *Enviar para*, que aparece ao se clicar com o botão direito ou secundário do mouse sobre qualquer arquivo no MS-Windows 7, na sua configuração padrão, efetua a
- (A) transferência do arquivo para a área de trabalho.
 - (B) movimentação do arquivo para a área de trabalho.
 - (C) cópia do arquivo para a área de trabalho.
 - (D) cópia de um atalho do arquivo na área de trabalho.
 - (E) criação de um atalho do arquivo na área de trabalho.

27. Observe o fragmento de uma planilha do MS-Excel 2010, em sua configuração original:



Ao aplicar o tipo de formatação `###0,00` (categoria personalizado) na célula em que o número foi digitado, este será apresentado da seguinte forma:

- (A) `##20,00`
- (B) `###5,01`
- (C) `2.500,75`
- (D) `25,01`
- (E) `25,00`

28. Observe o slide do MS-PowerPoint 2010, na sua configuração padrão, em dois momentos, expressos na figura I e figura II:

FIGURA I

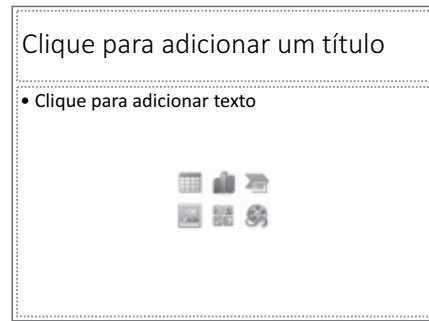
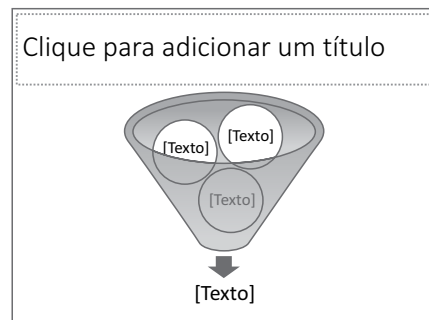


FIGURA II



O usuário escolheu o layout de slide título e conteúdo, conforme figura I.

Assinale a alternativa que contém o botão que foi clicado pelo usuário para gerar a figura em forma de funil no mesmo slide, conforme figura II.

- (A)
- (B)
- (C)
- (D)
- (E)

29. Considerando a tabela a seguir, construída no MS-Word 2010, na sua configuração padrão, assinale a alternativa que contém o preço mínimo do imóvel em Pinheiros. A fórmula inserida na respectiva célula foi =IF(SUM(LEFT)>700000;R\$ 650.000;SUM(LEFT))

IMÓVEL EM	PREÇO REFERÊNCIA	PISCINA	TAMANHO	PREÇO REVISADO	PREÇO MÍNIMO
Pinheiros	R\$ 700.000,00	R\$ 25.000,00	150 m ²	R\$ 625.000,00	
Sumaré	R\$ 500.000,00	R\$ 30.000,00	100 m ²	R\$ 430.000,00	
Lapa	R\$ 800.000,00	R\$ 15.000,00	200 m ²	R\$ 715.000,00	
Barra Funda	R\$ 300.000,00	R\$ 10.000,00	75 m ²	R\$ 270.000,00	

- (A) R\$ 25.000,00
- (B) R\$ 625.000,00
- (C) R\$ 650.000,00
- (D) R\$ 700.000,00
- (E) R\$ 725.000,00

30. Na figura I, o usuário@gmail.com recebeu um e-mail no MS-Outlook 2010, na sua configuração padrão, e pretende encaminhá-lo para amigos@linkedin.com como anexo em uma nova mensagem a ser redigida, conforme demonstrado na figura II.

FIGURA I

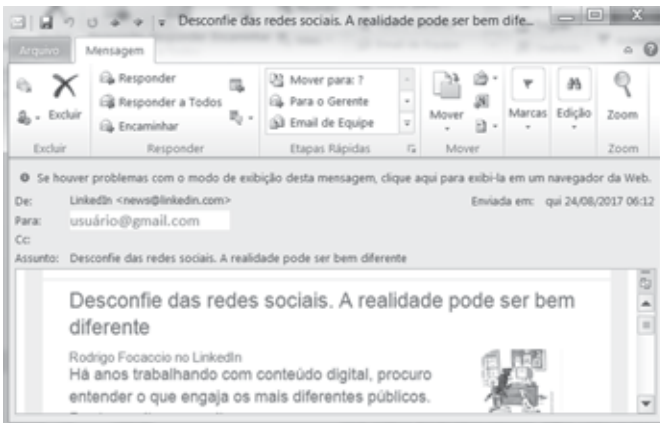
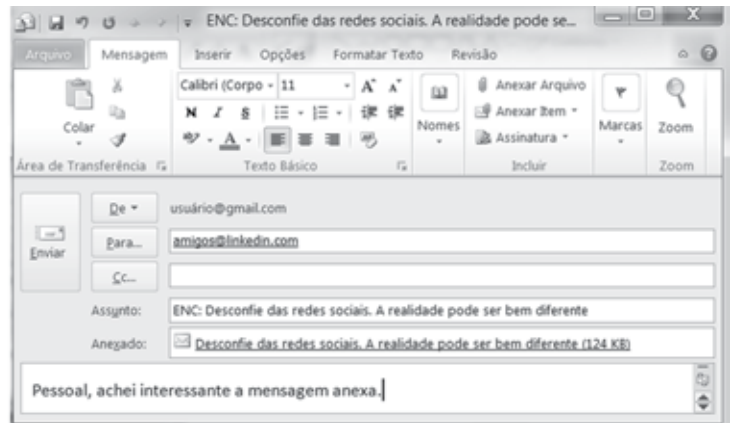







FIGURA II



A opção do painel Responder existente no e-mail recebido (figura I) que permitiu executar a ação de encaminhamento da mensagem original como anexo em uma nova mensagem (figura II) foi

- (A) 
- (B) 
- (C)  Responder
- (D)  Responder a Todos
- (E)  Encaminhar

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

31. É correto afirmar que, na concessão patrocinada, para a prestação de serviço público,
- (A) existe contrato administrativo em que a Administração Pública é a usuária direta ou indireta dos serviços prestados.
 - (B) denominada de parceria público-privada, é vedada a contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
 - (C) haverá, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
 - (D) é vedada a celebração de contrato de parceria cujo valor a ser pago pela Administração Pública seja superior a vinte milhões de reais.
 - (E) será exigido que o contrato de parceria a ser celebrado estabeleça prazo de duração com período de prestação do serviço inferior a cinco anos.
32. Assinale a alternativa que contempla uma hipótese legal em que é obrigatória a realização de licitação.
- (A) Contratação de serviços de publicidade e divulgação.
 - (B) Aquisição de obra de arte, de autenticidade certificada, compatível às finalidades do órgão público.
 - (C) Contratação de fornecimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, segundo as normas da legislação específica.
 - (D) Contratação de profissional do setor artístico consagrado pela opinião pública.
 - (E) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços.
33. Quando há participantes no processo licitatório, mas todos são inabilitados ou todas as propostas são desclassificadas, ocorre o que se denomina, tecnicamente, pela doutrina, de licitação
- (A) revogada.
 - (B) deserta.
 - (C) ineficaz.
 - (D) nula.
 - (E) fracassada.
34. Durante a tramitação e votação de um projeto de lei, determinado parlamentar não concordou com o procedimento da Casa Legislativa. Assim, comunicou essa irregularidade ao seu partido político e este impetrou um mandado de segurança perante o Tribunal competente, postulando a anulação dos atos legislativos que considera irregulares. Conforme o atual entendimento doutrinário e jurisprudencial do STF, nessa situação, é correto afirmar que o referido *writ* deverá ser
- (A) negado, tendo em vista que, mesmo havendo legitimidade do partido político, nesse caso, o Poder Judiciário não pode exercer controle sobre os atos legislativos, sob pena de violação do princípio da separação de poderes.
 - (B) concedido, com base na competência do Poder Judiciário para o controle dos atos parlamentares, que devem obediência às regras constitucionais e legais referentes ao processo de confecção dos atos normativos.
 - (C) negado, se a irregularidade disser respeito apenas à violação do regimento interno da Casa Legislativa, embora haja legitimidade do partido político, nesse caso, para impetrar o mandado de segurança.
 - (D) extinto por falta de legitimidade do partido político para questionar esse tipo de irregularidade, mesmo na hipótese de ter havido violação do devido processo legislativo na tramitação do projeto de lei.
 - (E) concedido, desde que tenha havido inequívoca violação das normas constitucionais e legais referentes ao processo de confecção dos atos normativos durante a tramitação do projeto.
35. Conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2002), constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Se o Município não cumprir com o disposto acima com relação aos impostos, a referida lei prevê, como consequência,
- (A) a responsabilização civil e criminal pessoal do Prefeito.
 - (B) a vedação da realização de transferências voluntárias para o Município.
 - (C) a proibição temporária de empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras.
 - (D) a obrigação de ajustar suas receitas e despesas para compensar o montante estimado que seria arrecadado com os impostos não implementados.
 - (E) o corte de gastos com cargos comissionados e outras despesas não obrigatórias, para o devido ajuste fiscal, até que haja a efetiva aprovação dos respectivos tributos.

36. João e Maria firmaram contrato para constituição de sociedade limitada, por meio do qual João comprometeu-se a aportar na sociedade a propriedade de imóvel de sua titularidade, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ao passo que Maria comprometeu-se a aportar na sociedade a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O contrato social não chegou a ser levado a registro na Junta Comercial, tampouco no cartório de registro de imóveis, para fins de transferência da propriedade do imóvel à sociedade.

A respeito dessa situação, julgue as seguintes afirmativas e assinale a correta.

- (A) Caso a alíquota do imposto sobre transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI) venha a ser majorada antes do registro da transferência da propriedade do imóvel, a nova alíquota não deverá ser aplicada à transferência do imóvel à sociedade, em razão da aplicação da regra *tempus regit actum*.
- (B) O fato gerador do imposto sobre transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI) é a situação definida em lei como necessária e suficiente à ocorrência da obrigação principal, isto é, a transferência da propriedade. Contudo, trata-se, na situação descrita, de hipótese constitucionalmente prevista de não incidência do referido imposto.
- (C) O fato gerador do imposto sobre transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI), por se referir a uma situação jurídica, considera-se ocorrido desde o momento em que se verificarem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios. No caso descrito, trata-se do momento da assinatura do contrato social.
- (D) Caso discorde do valor do imóvel declarado no contrato social, a autoridade administrativa poderá desconsiderar o negócio jurídico praticado com a finalidade de dissimular a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos estabelecidos em decreto.
- (E) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores passados e aos futuros, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início mas não esteja completa. Por esse motivo, eventual alteração da alíquota do imposto incidente na situação antes do registro do contrato no cartório de registro de imóveis, acarretará elevação do imposto a ser pago.

37. Sobre o lançamento tributário, julgue as alternativas a seguir e selecione a afirmação correta.

- (A) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do pagamento pelo sujeito passivo e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- (B) Não se aplica ao lançamento tributário a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização.
- (C) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode ser alterado, exceto por força de decisão judicial.
- (D) O lançamento tributário exige sempre uma ação positiva por parte da administração tributária, não podendo ocorrer por confirmação do pagamento antecipadamente realizado, sem prévio exame da autoridade administrativa, pelo sujeito passivo.
- (E) Trata-se do procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador, determinar a matéria tributável, calcular o montante devido, identificar o sujeito passivo e propor a penalidade cabível.

38. O crédito tributário pode ser extinto por

- (A) isenção.
- (B) anistia.
- (C) remissão.
- (D) concessão de medida liminar.
- (E) depósito em dinheiro.

39. Caso o contribuinte de determinado tributo sujeito a lançamento por homologação antecipe o pagamento desse tributo, aplicar-se-á a seguinte regra relativa à decadência e à prescrição:

- (A) o pagamento antecipado nos termos descritos não extinguirá o crédito tributário, senão após a homologação pela autoridade administrativa.
- (B) o prazo prescricional do crédito tributário, na hipótese, será de cinco anos, a contar do pagamento pelo sujeito passivo.
- (C) na situação descrita, a ação para a cobrança do crédito tributário prescreverá em dez anos, contados da data do pagamento.
- (D) se a lei não fixar prazo para a homologação da ação do contribuinte pela autoridade administrativa, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador.
- (E) aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

40. Um contador foi contratado por uma pequena empresa, a *Desorganizada* Ltda. – ME., que não estava com a sua contabilidade em ordem. Assim, o contador foi obrigado a fazer um levantamento das condições da empresa e verificou o que segue: (1) a empresa tinha um imóvel, no valor de R\$ 400.000,00; (2) dois veículos (um automóvel para visitas técnicas e um caminhão para entregas) com os valores de R\$ 40.000,00 e R\$ 100.000,00 respectivamente; (3) umas dívidas, ainda por vencer, com fornecedores dos materiais que usa para prestar o seu serviço, no valor de R\$ 40.000,00; com impostos, no valor de R\$ 100.000,00 e com salários no valor de R\$ 150.000; contas a pagar, abrangendo luz, água, telefone e internet, totalizando o valor de R\$ 10.000,00; (4) saldo de conta corrente, na data, de R\$ 50.000,00 e, por fim, (5) ao verificar as vendas, descobriu que R\$ 150.000,00 em vendas realizadas e entregues não haviam sido pagos ainda, pois, os clientes combinaram de pagar no próximo mês.

Considerando-se esses dados, é correto afirmar sobre a empresa que

- (A) seu patrimônio seria de R\$ 300.000,00; o seu ativo total seria de R\$ 740.000,00.
- (B) seus ativos totalizavam R\$ 440.000,00 e o seu passivo exigível totalizava R\$ 300.000,00.
- (C) o valor da entidade para o proprietário seria de R\$ 440.000,00, que corresponde ao seu patrimônio líquido.
- (D) os R\$ 150.000,00 de vendas serão contabilizados como receita no período em que forem recebidos.
- (E) seus ativos somariam R\$ 340.000,00; seu passivo exigível somaria R\$ 640.000,00 e o seu patrimônio líquido seria de (R\$ 300.000,00).

41. A Empresa *Descuidada* Ltda., ao analisar seus controles operacionais quanto ao pagamento de horas extras para os funcionários, constatou que as horas foram pagas na época em que devidas, mas, apesar de seguir estritamente a lei, não possuía os comprovantes de horas extras trabalhadas nos últimos cinco anos. Um advogado consultado, alertou-os para o fato de que a ausência de recibos seria uma fragilidade e que, caso fossem questionados na justiça, poderiam ter de pagar novamente essas horas. Desse ponto de vista, a melhor alternativa para tratar esse possível questionamento seria registrá-lo como

- (A) um passivo de curto prazo.
- (B) um passivo de longo prazo.
- (C) uma necessidade de provisão.
- (D) uma necessidade de constituição de uma reserva para contingências.
- (E) uma expectativa de prejuízos futuros, e, portanto, não seria nem ativo, nem passivo.

42. Um time de futebol tem um contrato de dois anos com um jogador famoso e bem sucedido, que está no auge de sua forma. Esse contrato possibilitará ao time ganhar muito dinheiro, de várias formas, como, por exemplo, com *merchandising* de camisetas, bonés e bolas de futebol com o símbolo do clube e a assinatura do jogador; espera-se um acréscimo na venda de ingressos para os jogos do time; vislumbram-se ainda outros ganhos com propagandas e eventos. Desse ponto de vista, o contador do time analisou a possibilidade de considerar esses possíveis resultados como um ativo intangível e registrar esse contrato como um ativo do clube. A respeito desse procedimento, assinale a alternativa correta.

- (A) Estaria equivocado, pois seria como ativar uma pessoa, o que implicaria tratar o jogador como trabalhador escravo, contrariando a constituição e os direitos humanos.
- (B) Considerando-se que um ativo é um fluxo de resultados que se espera obter de um recurso, os benefícios esperados desse contrato poderiam ser considerados como um ativo intangível.
- (C) Estaria equivocado, pois o jogador deve ser pago e o contrato tem duração de apenas dois anos, não perdendo, portanto, ao clube, que também não teria controle sobre ele.
- (D) Considerando-se que o controle é um elemento importante na definição de ativo e a realidade do livre-arbítrio do jogador, esse contrato não poderia ser visto como um ativo.
- (E) Dada a ausência de expectativa de resultado econômico a ser obtido com o decorrer desse contrato, o mesmo não poderia ser considerado um ativo.

43. O gestor de uma organização de negócios gastou R\$ 10 mil reais na compra de malas para revenda. Ocorre que os vendedores apenas conseguem colocá-las a um valor total de R\$ 4 mil. A empresa não tem outro uso para essas malas que não sua venda, mesmo a esse preço. Assim, essas malas, até sua venda,

- (A) constituem um ativo, estoques de mercadorias para revenda, e devem ser registradas ao valor de R\$ 6 mil.
- (B) não constituem um ativo e devem ser registradas como prejuízo do exercício no valor de R\$ 2 mil numa conta de ajuste ao valor recuperável.
- (C) essas malas constituem um ativo, estoque de mercadorias para revenda, sobre o qual deve ser considerado o ajuste ao valor recuperável que impactará o resultado no valor de R\$ 6 mil.
- (D) constituem um ativo, imobilizado, no valor de R\$ 6 mil menos a depreciação do exercício e o ajuste a valor recuperável no valor de R\$ 2 mil.
- (E) devem ficar registradas no ativo, contas a receber, no valor de R\$ 6 mil menos provisões para devedores duvidosos de R\$ 2 mil.

- 44.** Entende-se que Patrimônio Líquido é igual ao total dos Ativos menos os Passivos. Nesse contexto, pode-se definir Passivo como
- (A) o cálculo de contas a pagar e taxas de juros de oportunidade.
 - (B) o provável sacrifício de benefícios futuros, com valor passível de cálculo.
 - (C) dívidas com impostos e possíveis perdas por riscos trabalhistas, apenas.
 - (D) riscos trabalhistas, ambientais e tributários trazidos a valor presente.
 - (E) contas retificadoras do ativo, como a conta provisão para devedores duvidosos.
- 45.** Escolha a alternativa correta.
- (A) A conta de despesa é uma conta devedora, pois diminui o passivo que é uma conta credora.
 - (B) A conta de Receita de Vendas é uma conta credora, pode ter um efeito aumentativo no Ativo, que é uma conta devedora.
 - (C) Ativos e despesas pertencem ao mesmo grupo do balanço patrimonial e são contas devedoras.
 - (D) O Patrimônio Líquido e o Passivo aumentam debitando e diminuem creditando.
 - (E) Um aumento de capital em dinheiro representaria um crédito no Caixa ou Bancos-Conta Corrente e um débito na conta Patrimônio Líquido.
- 46.** Supondo-se uma venda de mercadorias no valor de R\$ 2.000,00, sendo 50% recebidos à vista e 50% a ser recebido em um mês da data da venda, o resultado dessa venda seria contabilizado:
- (A) R\$ 2.000,00 na data da venda, a crédito de receita de vendas, sendo R\$ 1.000,00 debitados no caixa e R\$ 1.000,00 debitados em uma conta do tipo "Valores a Receber".
 - (B) R\$ 2.000,00 quando do recebimento total da venda, quando seriam contabilizados a crédito de Receita de Vendas. Desses R\$ 2.000,00, R\$ 1.000,00 seriam debitados no caixa na data da venda e R\$ 1.000,00 seriam debitados em um mês, quando do último recebimento.
 - (C) R\$ 1.000,00 creditados na conta Receita de Vendas na data da venda e R\$ 1.000,00 quando do recebimento, sendo os R\$ 2.000,00 registrados, a débito, no caixa na data da venda.
 - (D) R\$ 1.000,00 no dia da venda e R\$ 1.000,00 em um mês, quando de seu recebimento, a débito da conta caixa.
 - (E) R\$ 2.000,00 na data do recebimento, quando seria também registrado no caixa o recebimento de R\$ 2.000,00.
- 47.** Numa venda a prazo, no valor de R\$ 2.000,00, sendo R\$1.000,00 recebidos à vista, R\$ 500,00 em 30 dias e R\$ 500,00 em 60 dias, são corretos, na data da venda, os lançamentos, dentre outros débitos e créditos por ventura necessários:
- (A) Debita Caixa no valor de R\$ 2.000,00 e Credita Contas a Receber também no valor de R\$ 2.000,00.
 - (B) Debita Caixa no valor de R\$ 1.000,00 e Credita Receita de Vendas no valor de R\$ 1.000,00.
 - (C) Credita Contas a Receber em R\$ 1.000,00, credita Receita de Vendas no valor de R\$ 1.000,00 e debita Caixa no valor de R\$ 2.000,00.
 - (D) Debita Caixa no valor de R\$ 2.000,00; Credita Receita de Vendas no valor de R\$ 2.000,00 e credita Caixa no valor de R\$ 1.000,00 a receber.
 - (E) Debita Caixa no valor de R\$ 1.000,00 e credita Receita de Vendas no valor de R\$ 2.000,00.
- 48.** Um empreendedor, logo ao início de seu negócio, se viu obrigado a mover uma ação contra um fornecedor que não cumpriu as condições contratadas para com ele, o que lhe causou graves prejuízos. Conseguiu, no entanto, uma polpuda indenização, na forma de multa e juros, cujo recebimento registrou como Receita de Vendas do período em que ocorreu. Nesse contexto, esse procedimento contábil está
- (A) incorreto, pois, pelo regime de competência, o recebimento deveria ser registrado na data da sentença do juiz sobre a ação, que foi anterior à data do recebimento.
 - (B) incorreto, pois, do ponto de vista da evidenciação, deveriam ser identificados os juros referentes ao período de tempo transcorrido entre o evento causador e o recebimento, e este ser registrado a valor presente.
 - (C) incorreto, pois, do ponto de vista da evidenciação do resultado do período, o mesmo não está corretamente evidenciado, em termos de suas contas componentes.
 - (D) correto, pois do ponto de vista do conservadorismo, a receita só deveria ser reconhecida quando recebida.
 - (E) correto, pois, até a decisão judicial, não havia fato gerador que justificasse o reconhecimento da receita.

49. O balanço patrimonial e a demonstração de resultados do período são demonstrações contábeis obrigatórias e é correto afirmar que
- (A) na ausência de aportes ou retiradas de capital por parte dos proprietários, o balanço patrimonial explica a formação do resultado do período.
 - (B) o balanço patrimonial e a demonstração de resultados obedecem ao regime de caixa para sua confecção.
 - (C) a demonstração de resultado apresenta as receitas, despesas e custos do período e, com isso, relaciona o patrimônio líquido de início de um período ao patrimônio líquido final, na ausência de eventos como retiradas e novos aportes de capital por parte dos proprietários.
 - (D) o fluxo de caixa é outra forma de explicar a variação patrimonial e não se relaciona com a demonstração de resultado.
 - (E) o patrimônio líquido expressa um passivo exigível da empresa para com os acionistas e a demonstração de resultados expressa o retorno propiciado a eles.
50. A prefeitura de Cidade Feliz realizou o lançamento do IPTU, no valor de R\$ 2.000,00 referente ao imóvel de 500 m² do proprietário, o senhor Morador Municipal. Esse evento, que se constitui em identificação do devedor e da dívida
- (A) seria contabilizado no Sistema Orçamentário Público como Receita Orçamentária e no Sistema Patrimonial da Contabilidade Pública, quando do seu recebimento, como Receita Patrimonial.
 - (B) na contabilidade pública, no Sistema Orçamentário não seria contabilizado e seria contabilizado no sistema Patrimonial.
 - (C) no sistema orçamentário, só seria contabilizado como receita quando do seu recebimento e no sistema patrimonial não seria contabilizado.
 - (D) no sistema orçamentário e no sistema patrimonial não seria contabilizado, pois ambos seguem o regime de caixa para as receitas.
 - (E) seria contabilizado tanto no sistema orçamentário quanto no sistema patrimonial, em função do regime de competência dos exercícios.
51. De acordo com o artigo 165 da Constituição Federal, o Plano Plurianual, a Lei das Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual são leis de iniciativa do Executivo. Deve ser notado que
- (A) a Lei Orçamentária Anual compreende o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas das quais o Estado seja proprietário em 100% do capital com direito a voto.
 - (B) a Lei das Diretrizes Orçamentárias norteia o Plano Plurianual, respeitando necessidades de financiamento e sempre considerando obrigatoriamente a LOA do governo anterior.
 - (C) o poder executivo publicará, até 30 dias após o fim de cada período orçamentário, o relatório resumido da execução orçamentária dos últimos doze meses.
 - (D) essas leis estão interligadas, de tal forma que a Lei Orçamentária Anual se relaciona com o PPA em seus programas e objetivos.
 - (E) a Lei das Diretrizes Orçamentárias trata de aspectos gerais a serem considerados na confecção da Lei Orçamentária Anual, como política de comportamento ético e valores comunitários a serem respeitados.
52. Sobre a Demonstração de Fluxo de Caixa e a Demonstração de Resultados, é correto afirmar que ambas
- (A) expressam a evolução do patrimônio líquido estático.
 - (B) apresentam suas contas classificadas em atividades de financiamento, de investimento e operacionais.
 - (C) são em regime de competência.
 - (D) retratam contas do ativo e do passivo.
 - (E) dizem respeito a um período, por exemplo, um mês, um ano, etc.
53. A prefeitura de Cidade Feliz do Coração Puro comprará um novo imóvel para sua sede, pelo qual pagará à vista. Essa aquisição já consta da LOA para o período seguinte e deverá *obrigatoriamente* impactar contas dos sistemas, independentemente de outras possíveis:
- (A) compensação, de custos e financeiro.
 - (B) patrimonial, orçamentário e financeiro.
 - (C) patrimonial, de compensação e custos.
 - (D) orçamentário e patrimonial, apenas.
 - (E) de custos e de compensação, apenas.

54. A Prefeitura de Município Prudente do Alto devolverá R\$ 1.000.000,00 recebidos em caução da Empresa *Construtora* Ltda. Essa caução foi realizada como garantia de proposta, tendo o contrato sido cumprido a contento. Nesse caso,
- (A) essa devolução deverá constar do orçamento do período seguinte e será Despesa Orçamentária do período.
 - (B) essa devolução constituirá despesa pública, mas não despesa orçamentária.
 - (C) a caução deverá ser devolvida com juros e correção monetária à empresa e constará da lei orçamentária do período.
 - (D) a caução constituiu receita orçamentária do período e deverá ser devolvida como despesa extraorçamentária no período seguinte, obrigatoriamente.
 - (E) por sua cobrança ferir o princípio da isonomia, a caução deverá ser devolvida o quanto antes, acrescida de multa e correção monetária, que constituirão despesas orçamentárias.
55. No sistema orçamentário do setor público, a realização da despesa orçamentária comporta, dentre outras, os seguintes estágios:
- (A) previsão; lançamento; programação.
 - (B) programação; recolhimento; liquidação.
 - (C) previsão; programação; empenho.
 - (D) fixação; empenho; liquidação.
 - (E) fixação; recolhimento; previsão.
56. Dentre os princípios orçamentários, incluem-se:
- (A) Clareza; Isonomia; Impessoalidade; Permanência.
 - (B) Clareza; Empenho; Equilíbrio; Universalidade.
 - (C) Impessoalidade; Moralidade; Centralização; Exclusividade.
 - (D) Unidade; Universalidade; Anualidade; Exclusividade.
 - (E) Moralidade; Isonomia; Equilíbrio, Impessoalidade.
57. Sobre a despesa orçamentária, é correto afirmar:
- (A) conceitualmente tem o mesmo significado que desembolso de recursos. Assim, todo desembolso de recursos públicos deve passar pela LOA.
 - (B) conceitualmente coincide com o conceito de Despesa no Sistema Patrimonial.
 - (C) o empenho não configura necessariamente obrigação de pagamento, que só ocorrerá após a fase de liquidação da despesa.
 - (D) é contabilizada em regime de caixa.
 - (E) não é *programada*.
58. Sobre os contratos de eficiência celebrados pela Administração Pública, é correto afirmar:
- (A) terão por objeto a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia à Administração Pública contratante, na forma de redução de despesas correntes, prevendo que o contratado será remunerado com base em percentual da economia gerada.
 - (B) só podem ter por objeto a realização de obras de infraestrutura ou a contratação de serviços para os aeroportos das capitais dos Estados da Federação e serão precedidos de licitação, observando o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.
 - (C) terão por objeto a prestação de serviços ou a realização de obras e serão precedidos de licitação cujo critério de julgamento das propostas será o de maior retorno econômico, independentemente do atendimento das especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório.
 - (D) caso não seja gerada a economia prevista, a contratada não receberá a remuneração ajustada, independentemente da apuração de diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida, além de ficar sujeita à multa por inexecução contratual.
 - (E) podem ter por objeto aquisição de bens e serviços comuns, com objetivo de melhorar a qualidade das compras públicas e reduzir despesas correntes, prevendo que o contratado será reembolsado dos custos em que incorrer.

- 59.** A transferência de recursos financeiros da União para os entes federados subnacionais será
- (A) voluntária, se estiver prevista em convênio ou instrumento congênere celebrado entre a União e os entes federados subnacionais, desde que tenha como objeto a execução de ações em cumprimento a determinação constitucional ou legal.
 - (B) obrigatória, se decorrer de determinação constitucional, legal ou na hipótese de os recursos serem destinados ao Sistema Único de Saúde.
 - (C) obrigatória, se equivaler a repasse de recursos correntes ou de capital aos entes federados subnacionais, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou que sejam destinados ao Sistema Único de Saúde.
 - (D) voluntária, se equivaler a repasse de recursos correntes ou de capital aos entes federados subnacionais, desde que tenha como objeto cooperação, auxílio ou assistência financeira em observância a determinação constitucional, legal ou que tenha finalidade de financiar o Sistema Único de Saúde.
 - (E) voluntária, se equivaler a repasse de recursos na modalidade fundo a fundo decorrente de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente federado a obrigação legal de sua execução.
- 60.** Nos termos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, material permanente
- (A) é aquele que apresenta duração superior a cinco anos.
 - (B) classifica-se como despesa corrente de custeio.
 - (C) classifica-se como despesa de capital-investimento.
 - (D) deverá ser objeto de registro sintético, com indicação apenas do órgão responsável pela sua guarda e manutenção.
 - (E) abrange bens destinados à incorporação a outro bem, ainda que não possam ser retirados sem prejuízo de suas características.

